

## SUMÁRIO:

A ineptidão da petição inicial é uma exceção dilatória que conduz à abstenção do conhecimento do mérito da causa e à absolvição do Réu da instância e tal exceção é de conhecimento oficioso do tribunal, conforme os artigos 186.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), e 278.º, n.º 1, alínea b).

---

## SENTENÇA

Proc. n.º 2283/2024 - CNIACC

Requerente: A

Requeridas: B

C

Estatui o artigo 186.º (que reproduz, sem alterações o anterior art. 193º), que tem a epígrafe Ineptidão da petição inicial que:

“1 - É nulo todo o processo quando for inepta a petição inicial.

2 - Diz-se inepta a petição:

- a) Quando falte ou seja ininteligível a indicação do pedido ou da causa de pedir;
- b) Quando o pedido esteja em contradição com a causa de pedir;
- c) Quando se cumulem causas de pedir ou pedidos substancialmente incompatíveis.

3 - Se o réu contestar, apesar de arguir a ineptidão com fundamento na alínea a) do número anterior, a arguição não é julgada procedente quando, ouvido o autor, se verificar que o réu interpretou convenientemente a petição inicial”.

A ineptidão da petição inicial é uma exceção dilatória que conduz à abstenção do conhecimento do mérito da causa e à absolvição do Réu da instância e tal exceção é de conhecimento oficioso do tribunal, conforme os artigos 186.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), e 278.º, n.º 1, alínea b).

Assim, se faltar ou for ininteligível seja o pedido seja a causa de pedir, se houver contradição insanável do pedido com a causa de pedir ou se ocorrer uma cumulação de pedidos substancial ou intrinsecamente incompatíveis ou inconciliáveis entre si, ou se houver contradição entre as causas de pedir, a petição é inepta, o que provoca a nulidade de todo o processo (art. 186º, nº1), sendo esta uma das causas que determinam a absolvição do réu da instância.

Como refere Alberto dos Reis, se o autor exprimiu o seu pensamento em termos inadequados, se se serviu “da linguagem tecnicamente defeituosa, mas deu a conhecer suficientemente qual o efeito jurídico que pretende obter, a petição será uma peça desajeitada e infeliz, mas não pode qualificar-se de inepta.

Como bem refere o mencionado autor, “podem dar-se dois casos distintos:

- a) a petição ser inteiramente omissa quanto ao acto ou facto de que o pedido procede;
- b) expor o acto ou factos, fonte do pedido, em termos de tal modo confusos, ambíguos ou ininteligíveis, que não seja possível apreender com segurança a causa de pedir.

Num e noutro caso a petição é inepta, porque não pode saber-se qual a causa de pedir.

Mais desenvolve “importa não confundir petição inepta com petição simplesmente deficiente... Quando a petição, sendo clara e suficiente quanto ao pedido e à causa de pedir, omite facto ou circunstâncias necessários para o reconhecimento do direito do autor, não pode taxar-se de inepta; o que então sucede é que a ação naufraga”.

O nº 4 do indicado artigo 581.º define a causa de pedir como sendo o facto jurídico de que o autor faz proceder o efeito pretendido, precisando que a causa de pedir nas ações de anulação é o facto concreto ou a nulidade específica que se invoca para obter o efeito jurídico pretendido.

Causa de pedir é o facto jurídico concreto ou específico invocado pelo Autor como fundamento da sua pretensão.

A causa de pedir deve estar para com o pedido na mesma relação lógica em que, na sentença, os fundamentos hão-de estar para com a decisão. O pedido tem, como a decisão, o valor e significado duma conclusão: a causa de pedir, do mesmo modo que os fundamentos de facto da sentença, é a base, o ponto de apoio, uma das premissas em que assenta a conclusão. Isto basta para mostrar que entre a causa de pedir e o pedido deve existir o mesmo nexu lógico que entre as premissas dum silogismo e a sua conclusão.

Analisa Anselmo de Castro “para que a ineptidão seja afastada, requer-se, assim, tão só, que se indiquem factos suficientes para individualizar o facto jurídico gerador da causa de pedir e o objecto imediato e mediato da acção. Com efeito, a lei – art. 193º, n.º 2 al. a) – só declara inepta a petição quando falta ou seja ininteligível a indicação do pedido ou da causa de pedir, o que logo inculca ideia da desnecessidade de uma formulação completa e exaustiva de um e outro elemento”.

Quanto à ininteligibilidade, afirma Rodrigues de Bastos “é necessário, porém, ter sempre presente que não é a obscuridade, a imperfeição ou equivocidade da indicação do pedido ou da causa de pedir que aquele preceito (correspondente à referida al. a), do n.º2, do art. 186º) contempla, como bem se vê da redacção do n.º 3 do mesmo artigo”.

Como vimos, este entendimento já era o defendido por Alberto dos Reis, que, devidamente adaptado à atual redacção do preceito em causa, conduz a que se considere inepta a petição, por ininteligibilidade, quando os factos e a conclusão são nela expostos em termos de tal modo confusos, obscuros ou ambíguos que não possa apreender-se qual é o pedido ou a causa de pedir. Assim, a petição será inepta por ininteligibilidade quando não seja possível saber-se qual é o pedido ou a causa de pedir.

No tocante à contradição entre pedido e causa de pedir, esta tem de se evidenciar entre o pedido, enquanto concreta pretensão jurídica formulada pelo autor, e a causa de pedir, enquanto facto ou factos jurídicos que se invocam para sustentar o efeito jurídico ou pedido, deduzido – artº 498º, nº 3 e 4, do Cód. Proc. Civil

.

A petição inicial tem assim de traduzir um silogismo que estabeleça um nexó lógico entre as suas premissas (as razões de facto e de direito explanadas) e a conclusão (o pedido deduzido) e a sua falta traduz-se numa ausência ou inexistência de objeto do processo.

Vista a Doutrina, analisemos, agora, a Jurisprudência.

Esta tem vindo a considerar que a petição inicial é inepta, por falta de causa de pedir, quando o Autor não indica o núcleo essencial do direito invocado, tornando ininteligível a sua pretensão.

A petição inicial é inepta por ininteligibilidade quando os factos e a conclusão são nela expostos em termos de tal modo confusos, obscuros ou ambíguos que não possa apreender-se qual é o pedido ou a causa de pedir.

Há contradição entre a causa de pedir e o pedido quando não exista um nexó lógico entre ambos. Existindo um nexó lógico entre ambos, não há contradição, podendo, apenas, ocorrer uma situação de improcedência, por a causa de pedir não ser bastante para alicerçar o pedido.

Como se refere no Ac. do TRP de 27.5.2010, in proc. 5623/09.0TBVNG.P1, é por referência aos factos, independentemente da qualificação jurídica que deles hajam feito as partes, que haverá de indagar-se da concordância prática entre tais factos, enquanto causa de pedir, e a concreta pretensão jurídica formulada. E a este respeito, como refere A. Varela in Revista de Legislação e de Jurisprudência, ano 121º, nº3769, págs. 121, é no sentido da incompatibilidade lógica entre o facto real, concreto, individual, invocado pelo autor como base da sua pretensão (causa de pedir) e o efeito jurídico, por ele requerido (pedido) através da acção judicial, que a doutrina e a jurisprudência justificadamente interpretam, aplicam a contradição prevista (e regulada) na alínea b).

“Assim, porque a contradição do pedido com a causa de pedir representa uma contradição intrínseca ou substancial insanável, por não existir entre eles o mesmo nexó lógico que entre as premissas de um silogismo e a sua conclusão, não gera a ineptidão da petição inicial a circunstância de a alegada causa de pedir, conexas logicamente com o pedido, não ser bastante para alicerçar este, pois o que então se coloca é um problema de improcedência (cfr. Acs. do S.T.J de 7/7/88 in BMJ 379º-592 e de 14/3/90 in A.J. 2º.-90 e Ac. da R.E. de 7/4/83 in BMJ 328º.-656)” - Ac do TCAS de 24-2-2005, proc 06656/02, in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)”.

Para que se verifique ineptidão da petição inicial é necessário que a alegação consistente na causa de pedir seja feita em termos genéricos tais que não ilustre e evidencie, em factos concretos, o objeto do litígio, ou que essa generalidade, ou deficiência por escassez ou falta de completa inteligibilidade, permita sem esforço de imaginação compreender qual é a causa de pedir, de tal forma que, em si mesma e mesmo sem aperfeiçoamento, autoriza um julgamento e uma decisão sobre o seu mérito.

A ineptidão da petição inicial supõe que o A. não haja definido factualmente o núcleo essencial da causa de pedir invocada como base da pretensão que formula, obstando tal deficiência a que a ação tenha um objeto inteligível.

No caso dos autos, verificamos que a Requerente carrega para os autos um conjunto distinto de factos que apesar de terem em comum a sua relação com a Requerida, não permitem ao Tribunal estabelecer uma relação lógica, perceptível e/ou intelegível com o pedido por si formulado.

Saliente-se que, percebe-se que a Requerente pretende ser ressarcida dos valores que considera indevidamente cobrados. Contudo, a forma como elenca os valores indevidamente sobrados e os prejuízos que sofreu é absolutamente incognoscível.

A acrescer a tal dificuldade, a Requerente altera reiteradamente o pedido por si formulado ao longo de todo o processo, aditando-o de forma igualmente arbitrária, não coerente e sem o mínimo de rigor que permita, por um lado, ao Tribunal aferir e conhecer o seu pedido e, por outro, assegura à Requerida o seu direito a defender-se em termos e com a necessária clareza sobre o pedido formulado e causa de pedir subjacente ao mesmo.

A jurisprudência é unânime ao exigir que a Autora/Requerente — ao exercer o seu direito à ação — tem o dever imperativo de apresentar um pedido concreto e inteligível, com delimitação clara do que pretende obter.

Destacam-se neste sentido as seguintes decisões:

O Tribunal da Relação de Coimbra, sublinha que:

*“A sociedade Autora ao exercer o seu direito à ação tem que efetuar uma delimitação concreta do objeto da ação, definindo de forma perceptível...”*

Complementarmente, o Tribunal da Relação de Lisboa, em 11 de julho de 2024, realça que:

*“A idoneidade do objeto da ação implica a indicação e inteligibilidade da causa de pedir e do pedido, bem como a existência de um nexo lógico...”*

A Essencialidade do pedido significa que este deve ser claro, preciso e inteligível. Caso contrário, a outra parte — aqui, a Ré/Requerida — fica impossibilitada de perceber a natureza exata daquilo que está a ser requerido, prejudicando o exercício do direito de defesa e da contradita.

Saliente-se que, pese embora as diversas insistências do Tribunal-arbitral para que a Requerente explicitasse o seu pedido e coligisse a prova e pedidos formulados de forma inteligível e definitiva para estabilização da instância, a Requerente nunca acatou tal sugestão/pedido, usando o processo em moldes totalmente desajustados e fazendo letra morta de todas as indicações que lhe foram transmitidas.

Considera assim o Tribunal-arbitral que não se encontram reunidas as condições mínimas e essenciais para que do direito ao contraditória da Requerida seja exercido. Condição essencial à prossecução dos autos arbitrais.

**Face a todo o exposto, outra hipótese não resta ao Tribunal arbitral senão considerar a Petição Inicial apresentada pela Requerente como inepta e consequentemente nulo todo o processado, nos termos do disposto no Art 186º do CPC.**

Fixo o valor da acção em € 1.700,00

Saliente-se que, ao Requerente sempre assistirá o direito de, querendo, propor nova acção em que estribe a sua pretensão em moldes processualmente adequados, visto que a presente sentença não conhece do mérito da acção.

Notifique-se.

Porto, 06 de setembro de 2025.

**O Juíz-Árbitro,**

(Hugo Telinhos Braga)

Hugo  
Telinhos  
Braga

Assinado de forma  
digital por Hugo  
Telinhos Braga  
Dados: 2025.09.06  
17:59:54 +01'00'